



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



LILIAN MONTEIRO DA SILVA

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRAS:**

A mobilidade estudantil na Universidade de São Paulo

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

PATO BRANCO

2014

LILIAN MONTEIRO DA SILVA

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRAS:**

A mobilidade estudantil na Universidade de São Paulo

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Pato Branco.

Orientador(a): Prof. Dr. Osney Marcos Cardoso

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

PATO BRANCO

2014

Dedico este trabalho a todos que direta e indiretamente estão presentes em minha vida, pois sem vocês esta realização não seria possível.

AGRADECIMENTOS

À Deus por não me deixar perder a fé. Agradeço a Deus por me ajudar a encontrar forças para seguir em frente.

À minha mãe, por fazer tudo o que eu deveria estar fazendo, mas que por falta de tempo e compromissos eu não tenho conseguido fazer.

À minha filha, Maria Clara, pois mesmo eu estando distante ela me acha a melhor mãe do mundo, e isso não tem preço.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Pública, professores da UTFPR, *Campus Pato Branco*, pela força que deram no período das disciplinas.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação, nos provendo várias dicas importantes, especialmente no que diz respeito à monografia de especialização.

Agradeço imensamente aos formuladores do Universidade Aberta do Brasil, por tornar possível o que para muitos ainda é um projeto distante.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

Professor Osney, sou especialmente grata à você pela paciência e pela ajuda que me deu durante todo este trabalho. Meu sincero muito obrigada.

“A vida e a morte são passageiras, mas a liberdade é para
sempre”.

(AUTOR DESCONHECIDO)

RESUMO

SILVA, Lilian Monteiro. A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICO BRASILEIRAS: A mobilidade estudantil na Universidade de São Paulo. 2014. 54 folhas. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

Este trabalho teve como temática o processo de internacionalização do ensino superior brasileiro iniciado nos últimos anos da última década e que se desenvolveu levando-se em conta o previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o proposto no Plano Nacional de Educação (PNE). Foi realizado o levantamento das informações contidas nos dois regulamentos com vistas a explorar e descrever como neles estão dispostos os planos de ação, as metas e as estratégias a serem seguidas no que diz respeito à internacionalização do ensino superior brasileiro. Posteriormente, para fins de contextualização, descrevemos as funções do Ministério da Educação (MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que exercem o papel de fiscalizadores da graduação e da pós-graduação, respectivamente. Além disso, fizemos uma breve descrição dos principais programas de mobilidade estudantil financiados com recursos federais. Por fim adentramos nos processos formatados para a internacionalização da Universidade de São Paulo, descrevendo como a mobilidade estudantil e docente deve ocorrer, seguindo regulamentos internos, editais específicos de chamada, além dos processos operacionais necessários ao cumprimento de determinados procedimentos técnicos e administrativos. Verificamos também como as competências para a realização das atividades envolvendo essa mobilidade são distribuídas entre os órgãos de apoio e as unidades de ensino e pesquisa e vimos também que parte da USP trabalha em nível institucional, enquanto que seus institutos realizam programas e acordos de cooperação de forma individualizada.

O método usado no trabalho foi descritivo, por levantar informações a respeito dos regulamentos e programas nacionais vigentes envolvendo o ensino superior e, mais especificamente a mobilidade estudantil e docente, de forma a contextualizar o tema da internacionalização. Foi também exploratório na medida em que já há estudos envolvendo a mobilidade estudantil e docente em institutos de pesquisa dentro da USP, porém estes ainda são insipientes quando são tratados em nível institucional.

Ao final da pesquisa pudemos verificar que em nível nacional há objetivos concretos em relação ao que se espera da internacionalização para o desenvolvimento nacional e bem estar social, ao passo que na USP estes (ou quaisquer outros) objetivos ainda não são perceptíveis, pelo menos não existe quaisquer planos e metas disponíveis para consulta pública.

Palavras-chave: Internacionalização. Mobilidade Estudantil Internacional. USP. Instituições Públicas de Ensino Superior.

ABSTRACT

SILVA, L. M. THE INTERNATIONALIZATION OF THE BRAZILIAN PUBLIC HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS: Student Mobility at University of Sao Paulo. 2014. 54 pages. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

This work had as thematic the process of internationalization of higher education in Brazil started in the last years of the last decade and developed taking into account the provisions of Law of Guidelines and Bases of Education (LDB) and the proposed National Education Plan (PNE) . The gathering of information in the two regulations aimed to explore and describe them as are willing action plans , goals and strategies to be followed with regard to the internationalization of Brazilian higher education was conducted .

Thereafter, for purposes of contextualization, we describe the functions of the Ministério da Educação (MEC) and the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES), which play the role of enforcers of undergraduate and graduate respectively. Also did a brief description of the main student mobility programs financed with federal funds.

Finally we enter formatted for the internationalization of the University of São Paulo processes, describing how student mobility and teaching should occur following internal regulations , specific notices calling as well as operational processes required to comply with certain technical and administrative procedures . I also noticed how the skills for carrying out activities involving such mobility are distributed among support agencies and units of teaching and research and also seen that part of the USP works at the institutional level , while its institutes conduct programs and cooperation agreements individualized way .

The method used in the study was descriptive, by collecting information about the regulations and existing national programs involving higher education and more specifically student mobility and teaching, in order to contextualize the topic of internationalization. Was also exploratory in that there are already studies involving student mobility and teaching in research institutes within the USP, but these are still beginnings since they are treated at the institutional level.

At the end of the study we observed that nationally there are concrete objectives regarding what is expected of internationalization for national development and social welfare, whereas the USP these (or other) goals are not noticeable, at least not there any plans and targets available for public consultation.

Keywords: Internacionalization. USP. International Student Mobility. Public Higher Education Institutions.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programa 2032 - Educação Superior: Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	22
Quadro 2 - Países Participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).	34
Quadro 3 - Dados Gerais da Universidade de São Paulo – 2012	36
Quadro 4 – Estatísticas para Ensino e Pesquisa na Universidade de São Paulo – 2012	37
Quadro 5 - Orçamento da Universidade de São Paulo – 2013	38
Quadro 6 - Organograma Administrativo da Universidade de São Paulo	39
Quadro 7 - Fluxograma Informativo: Procedimentos para Solicitação de Dupla Titulação	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Orçamento do Programa 2032. Educação Superior: Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	24
Tabela 2 – Orçamento da CAPES para os anos de 2010 e 2011. Dotação e execução	27

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de Bolsistas da CAPES no Exterior – 2011

27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	18
4 OS ARRANJOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO	19
4.1 O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) E O ENSINO SUPERIOR	22
4.2 A COODENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)	24
5 PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO VIGENTES NO PAÍS	30
5.1 PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE MOBILIDADE INTERNACIONAL A ESTUDANTES BRASILEIROS	30
5.2 PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL DE INCENTIVO À VINDA DE ESTUDANTES E PESQUISADORES ESTRANGEIROS AO PAÍS	32
5.2.1 THE WORLD ACADEMY OF SCIENCES (TWAS) E O CNPQ	32
5.2.2 PROGRAMA DE ESTUDANTES-CONVÊNIO DE PÓS-GRADUAÇÃO (PEC-PG)	33
6 MOBILIDADE ESTUDANTIL E DOCENTE NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	36
6.1 PROGRAMAS DE MOBILIDADE VIGENTES NA USP	39
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
8 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

O processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (IES) vem acompanhado pela demanda gerada por profissionais de média e elevada especialização, principalmente em áreas cuja tecnologia e inovação fazem-se necessárias. Empresas dos ramos de tecnologia da informação, genética, energia e engenharias (produção, civil) encontram dificuldades para encontrar mão de obra capacitada no mercado de trabalho, ao passo que os centros de ensino e pesquisa não acompanham o cenário econômico existente justamente por não prover profissionais na mesma ordem desta demanda.

No documento Educação para o Mundo do Trabalho, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), buscou-se a promoção de um debate sobre o que significa a educação para o mundo do trabalho hoje, levantando questões a respeito dos fatores que entram a modernização e a competitividade dos diversos setores econômicos. A indústria brasileira, ao longo do tempo, tem percebido que para avançar nesse cenário é necessário promover um decisivo salto na qualidade da educação escolar básica, sobretudo em questões centrais como domínio da língua portuguesa, matemática e ciências (CNI, 2013). Está havendo a expansão da procura por profissionais de nível superior, sem que tenhamos sequer superado os gargalos existentes na educação básica.

O tema ora exposto levanta aspectos importantes da conjuntura atual de nosso país no que diz respeito à questão educacional universitária, como a relação entre a mão de obra qualificada disponível (ou sua falta) e a formação acadêmica fornecida por nossas instituições de ensino superior, a oferta de vagas, a qualidade do ensino, as questões sociais envolvidas quando da permanência do estudante em uma universidade, as necessidades do setor privado e suas tendências e as prioridades de governo central em determinadas áreas do conhecimento por julgá-las estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do país.

Será dado maior destaque ao processo de internacionalização da Universidade de São Paulo ocorrido nos últimos anos e a mobilidade estudantil dos estudantes de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Serão descritos os esforços desta Instituição quanto a troca de ideias e experiências entre os estudantes brasileiros que vão ao exterior e os estudantes estrangeiros que

ingressam na USP, as prioridades da atual gestão e o seu alinhamento com as metas do governo federal quanto às áreas que estes julgam prioritárias para o desenvolvimento nacional.

Para tanto, o objetivo geral deste trabalho é descrever e explorar sobre o que vem a ser internacionalização, pela visão do Governo Federal, quais são suas prioridades sociais e econômicas que justifiquem o interesse pela questão da mobilidade acadêmica e, sobretudo, suas metas e estratégias para o ensino superior neste quesito.

Como o objetivo geral é contextualizar a internacionalização em face da organização do sistema de ensino superior brasileiro, os objetivos específicos serão a investigação dos objetivos e metas do atual corpo gestor da Universidade de São Paulo em seu processo de internacionalização, se estes vão ao encontro das demandas geradas pelo setor privado e pelas prioridades do governo central no que concerne ao aprendizado e aprimoramento das competências dos estudantes brasileiros.

2FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Será feita uma revisão empírica do problema ora exposto, com vistas a explorar e descrever como a internacionalização das IES brasileiras e, mais especificamente, da Universidade de São Paulo vem sendo tratada, pois o debate quanto ao que se julga importante ou não na ação de internacionalizar uma universidade suscita diversos pontos de vista, objetivos a serem perseguidos e atores envolvidos no processo.

Para começarmos a revelar as nuances envolvendo análises a respeito da questão vejamos como o meio acadêmico 'enxerga' as necessidades de se priorizar a mobilidade estudantil e quais são seus objetivos, conforme exposto pela Professora Marília Costa Morosini (2011, p. 98), pesquisadora da Faculdade de Educação da PUCRS:

No Brasil, a produção do conhecimento científico tecnológico baseado na pesquisa está concentrada na pós-graduação. A Cooperação Internacional Inicial, via de regra, começa com a capacitação no exterior de professores e alunos de doutorado, que, no decorrer de sua vida acadêmica, estabelecem laços não só do ponto de vista de consumo de bibliografia, mas de relações acadêmicas com seus pares e respectivos departamentos universitários e/ou centros de pesquisa onde estagiaram.

Esse movimento possibilita a Cooperação Internacional Avançada, caracterizada pela produção de conhecimento através de projetos de pesquisa conjuntos. A construção de redes acadêmicas apoiadas por editais financiadores direciona o desenvolvimento de pesquisas e de formação de recursos humanos com centros de origem de formação no exterior.

Do ponto de vista acadêmico busca-se o intercâmbio de ideias e de produção científica, com vistas à troca de conhecimento adquirido entre as IES brasileiras e as estrangeiras, ou seja, a interdisciplinaridade. Nas palavras do Professor Timothy Mulholland (2007, p. 205), da Universidade de Brasília:

(i) O conceito de disciplinaridade significa “respeito à disciplina”, como nos diz o velho dicionário Aurélio. Portanto, no jargão acadêmico-universitário significa a organização em função das disciplinas conforme as Ciências, as Humanidades, as Artes e as Tecnologias desenvolveram o seu processo de produção de conhecimento. A estruturação das universidades seguiu o mesmo caminho, organizando-se por departamentos, institutos e faculdades. Qualquer observação dessa estrutura na organização das instituições de ensino superior revela o tipo de processo seguido na sua própria organização da produção acadêmica, seja para a geração de conhecimento, seja para a formação dos seus recursos humanos. Haverá alguma diferença se, por exemplo, uma estrutura acadêmico-universitária coloca o seu

departamento de física num instituto próprio ou de ciências exatas, num instituto de ciências da natureza ou numa faculdade de tecnologia.

(ii) Interdisciplinaridade dirá respeito a “trocas entre disciplinas”, no que diz respeito à sua produção de conhecimento, quanto a seus pressupostos teóricos e metodológicos. Trata-se, portanto, dos processos interacionistas que permitam às ciências, às humanidades, às artes e às tecnologias uma produção compartilhada. Tal é o caso de ciências como biofísica, bioquímica, biotecnologia, arte computacional, engenharia médica etc. Reflete avanços que se tornaram necessários ao longo do histórico processo de produção mundial do conhecimento que, na busca de novos patamares, se depararam com os limites que as próprias disciplinas apresentam para a compreensão dos fenômenos do mundo, da natureza e da humanidade.

Talvez a mais polêmica das discussões envolvendo a internacionalização (e pesquisar de forma geral) seja quanto aos interesses em jogo, sejam estes de Estado ou particulares (empresas, cidadãos). Internacionalizar significa trocar ideias e experiências entre pessoas e instituições tendo em vista o conhecimento qualitativo e quantitativo gerado. Com a 'enxurrada' de investimentos da última década transcorreu a formatação de plantas fabris por todo o Brasil. Para se ter uma ideia, a matriz da empresa automobilística Honda, no Japão, liberou investimentos em uma nova fábrica, interior de São Paulo, da ordem de um bilhão de reais (O Estado de São Paulo, online, 2013). Um projeto desta magnitude não sai do papel da noite para o dia. No lado estatal vários projetos de infraestrutura estão em processo licitatório neste ano de 2013 (rodovias, ferrovias, o campo de petróleo de Libra, no pré-sal, parques eólicos no nordeste, dentre outros).

Segundo a visão da CNI, entidade superior que representa as indústrias nacionais:

A competitividade da indústria passa fundamentalmente pela educação. O Brasil precisa de uma urgente melhoria no nível educacional de sua população economicamente ativa e daqueles que nela irão ingressar. Um sistema educacional que ofereça oportunidades a todos e que esteja sintonizado com os avanços científicos e tecnológicos é indiscutivelmente o meio principal para se alcançar a elevação do nível geral de escolarização dos brasileiros. Esse sistema educacional requer investimento, compromisso e ideias.

As exigências da qualificação em diversos setores aumentam a cada dia. O progresso tecnológico demanda novas competências. Em 2025, uma grande parte dos nossos trabalhadores terão de lidar com tecnologias que ainda nem foram criadas. Não é tarefa simples mobilizar um país de tamanho continental como o Brasil para que alcance padrões adequados de qualidade educacional, em todas as etapas e modalidades, em prazo compatível com a urgência que requer a indústria nacional. Demanda tempo, persistência e principalmente, comprometimento Educação para o Mundo do Trabalho da sociedade e dos governos nas esferas federal, estadual e municipal.

Se bem sucedido, o processo pode levar, em média, o tempo de uma geração escolar – 20 anos. Assim ocorreu em países que deram saltos de

qualidade na sua educação, adotando políticas públicas consistentes e sem solução de continuidade.

Para que o crescimento econômico resulte em um processo de desenvolvimento inclusivo e sustentado, o país necessita imperiosamente mudar o perfil de sua economia, cuja tendência atual é, paulatinamente, se tornar quase um exclusivo produtor e exportador de commodities. Para tanto, não pode prescindir do protagonismo de uma indústria forte e moderna.

As novas tecnologias produtivas requerem do trabalhador domínio de conhecimentos e habilidades que se adquirem por meio de uma adequada educação básica, à qual se associa, quando necessária, a uma qualificação profissional específica.

Esses projetos demandam mão de obra 'qualificada' que os toquem, algo que falta sobremaneira no Brasil. Engenheiros, biólogos, químicos, geofísicos. Formamos pessoas, mas não na quantidade e na qualidade desejada para suprir a demanda por competências hoje existente. Segundo levantamento da CNI (Confederação Nacional da Indústria) citado em reportagem do jornal O Estado de São Paulo (2012, online) "faltam 150 mil engenheiros no país". Se no meio acadêmico a palavra de ordem é a interdisciplinaridade de ideias e pessoas, há de se dizer que em se tratando de economia a conotação é a mesma, pois nossos profissionais necessitam transitar por disciplinas distintas, porém complementares entre si .

O Programa Ciências Sem Fronteiras, sob tutela da CAPES e do CNPq, ambos fomentados com recursos do Tesouro Federal, tem como finalidade o intercâmbio de estudantes brasileiros em IES estrangeiras com vistas a formação de pessoal capacitado em áreas nas quais o Estado Brasileiro julga prioritárias e necessárias ao desenvolvimento econômico e tecnológico. Essa é uma demanda de Estado e dos particulares . É sabido que o Custo Brasil é elevado tendo em vista que um dos gargalos à produtividade/competitividade do país é o baixo investimento em infraestrutura, que por consequência torna o valor final de nossa produção elevado . Falta gente capacitada no lado do governo que saiba lidar com a burocracia gerada pelos diversos órgãos estatais envolvidos e mesmo quando o projeto recebe todas as aprovações necessárias falta gente nas empresas que faça a ponte entre essas e o governo. O engenheiro civil formata plantas, mas pouco sabe sobre questões envolvendo o direito público, ambiental e como a máquina estatal funciona, haja vista a quantidade de instâncias pelas quais um mesmo projeto tramita. Uma coisa leva a outra, ou seja, projetos mal formatados,

concessões pouco sustentadas, o que gera efeito cascata em todo o círculo econômico e social.

E o papel da universidade? Se tornar empreendedora, no sentido de inovar, de fornecer o substrato necessário que alimente o círculo virtuoso de transmutação de conhecimento do meio acadêmico para o meio social (empresas, cidadãos). Que a interdisciplinaridade fomentada pela internacionalização forme profissionais nos moldes da globalização sem barreiras, onde o conhecimento não mais se restringe as fronteiras de um país, onde o detentor deste conhecimento o utilize em proveito de outros tantos mais. Conforme o disposto no PNPG 2011-2020:

O conceito de inovação, em geral, é correlacionado com pesquisa e desenvolvimento. O(P&D), porém é distinto e mais amplo. Inovação implica não somente tecnologia, máquinas e equipamentos, mas vai além, contemplando também mudanças incrementais, novas e funcionalidades, bem como melhorias na gestão ou novos modelos de negócios, associados à conquista ou criação de novos mercados. As conexões entre ciência e tecnologia (C&T) com inovação tecnológica têm uma face mais evidente no que diz respeito ao mundo das indústrias de manufatura. No entanto, deve-se considerar que, atualmente, entre metade e três quartos da riqueza produzida no planeta é criada não pela produção de coisas físicas, produtos, mas sim pela prestação de serviços.

Um ambiente que favoreça a inovação nas empresas, no país, é induzido pela existência de ciência avançada e pela capacidade regional de formar recursos humanos de ponta, mesmo que estas últimas atividades tenham seus centros de atividades na academia.

Favorecer inovação não significa que seja suficiente ter boa ciência e formação de recursos humanos. O estímulo às atividades de risco faz parte do jogo que permite a oferta de produtos humanos e processos inovadores ao mercado. Viabilizar bons ambientes de negócios demanda, adicionalmente, um conjunto complexo de condições favoráveis em vários setores.

3PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Diante das considerações anteriores, a natureza da pesquisa será aplicada, pois já há informação disponível sobre o assunto da internacionalização. Buscarei aprofundá-lo no contexto da Universidade de São Paulo de forma a condensar informação que possa se tornar relevante no futuro.

Sua abordagem será quantitativa, porque trará dados relevantes quanto a mobilidade de estudantes e professores entre a USP e outras IES estrangeiras, com as estatísticas provenientes deste intercâmbio entre pessoas e conhecimento científico. Será também qualitativa, pois haverá julgamento destes dados segundo as metas da Administração Federal para áreas prioritárias (inovação e tecnologia) e as necessidades atuais do mercado de trabalho quanto a profissionais especializados.

Quanto aos objetivos, o presente trabalho terá o caráter explicativo, pois como mencionado anteriormente, a informação já está disponível, porém é esparsa e demanda análise e condensação em um trabalho único.

E, por fim, os procedimentos técnicos a serem utilizados serão o estudo de caso, envolvendo a Universidade de São Paulo no contexto da internacionalização das IES brasileiras e seu papel neste cenário. Haverá também a pesquisa bibliográfica e documental, proveniente principalmente do material disponível em sites oficiais governamentais e artigos publicados em revistas científicas nacionais e estrangeiras.

4 OS ARRANJOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO CONTEXTO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

No Brasil os cursos superiores são oferecidos por universidades, faculdades, centros universitários, institutos superiores e centros de educação tecnológica. Na graduação são três os tipos de formação superior, a saber: o bacharelado, a licenciatura e a formação tecnológica. Já na pós-graduação os cursos estão divididos em *lato sensu*, cujas opções são a especialização e o MBA, e *stricto sensu*, subdivididos em mestrado e doutorado.

O ensino superior brasileiro se adapta ao novo paradigma sócio-político iniciado nos anos 1990. Os cursos oferecidos no país passam por reformulações, além dos novos que são criados. É desse período a regulamentação cursos superiores de tecnologia, adaptados a essa nova realidade, de abertura do país ao capital estrangeiro e com o mercado de trabalho demandando profissionais especializados em certas áreas (financeira, de tecnologia da informação, recursos humanos, turismo e hospitalidade, gastronomia, enfermagem), cujos cursos são estruturados para atender a necessidades específicas das empresas e a grade de disciplinas é bem curta, se comparada a cursos bacharelados, tais como direito, engenharias e administração. E da especialização rápida dos anos 1990 passamos ao Século XXI, cuja demanda agora é por formação integrada, que atinja uma dimensão criativa de novos recursos, sejam estes humanos ou do saber.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que disciplina a educação escolar e tem como pressupostos a vinculação ao mundo do trabalho e à prática social, o artigo 43 descreve a finalidade da educação superior:

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que disciplina a educação escolar e tem como pressupostos a vinculação ao mundo do trabalho e à prática social, o artigo 43 descreve a finalidade da educação superior:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (Brasil, 1996).

Note que o objetivo desta lei, dentre outros, é fomentar o trabalho de pesquisa científica e promover a divulgação dos conhecimentos advindos deste para a comunidade científica e a toda sociedade. Essa difusão permite que as descobertas sejam compartilhadas dentro e fora das fronteiras do país, gerando assim o intercâmbio de informações com outros centros de pesquisa espalhados pelo globo. Já para o Plano Nacional de Educação, a Constituição Federal de 1988 determina que:

Art. 214. A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

No anexo do PNE, nos itens que tratam especificamente do ensino superior estão descritas as metas e estratégias decenais.

Meta 12, ensino de graduação.

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (Brasil, 2010).

Dentre as estratégias adotadas para a Meta 12, temos:

- 12.7 assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social;
- 12.11 fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;
- 12.12 consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito

nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;

12.14 mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica; (Brasil, 2010).

E, Meta 14, ensino de pós-graduação é elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. (Brasil, 2010).

Dentre as estratégias adotadas para a Meta 14, temos:

14.5 consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileira, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;

14.6 promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão; (Brasil, 2010).

As metas e estratégias adotadas para a educação superior brasileira no decênio 2010-2020 abrangem tanto o ensino de graduação quanto o de pós-graduação e vão ao encontro do disposto na LDB, pois visam à geração do conhecimento e sua posterior promoção. Conhecimento este que deve ser compartilhado com grupos de pesquisa correlatos no país e no exterior. Vemos que dentre as metas e estratégias estabelecidas pelo Governo Federal para a educação superior, a mobilidade estudantil e docente está expressamente definida no PNE, pois é com ela que enriquecemos nossos estudos e os aplicamos às áreas de interesse para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país.

O Plano Plurianual (PPA), instrumento de planejamento que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Federal através de programas temáticos, elaborado para o período 2012-2015, determina o valor a ser destinado à Educação Superior:

2032 - Educação Superior: Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão – R\$ 48,4 bilhões			
Exemplos de indicadores	Denominação e Unidade de Medida	Data	Índice
	Taxa bruta de matrícula na educação superior - (%)	2009	26,7
	Taxa de docentes em exercício com doutorado - (%)	2009	26,4
	Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres - (%)	2009	4,0

Exemplos de Objetivos	Exemplos de Metas
<p>0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica, o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil. (MEC);</p> <p>0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos. (MEC).</p>	<p>Elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020;</p> <p>Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 321;</p> <p>Elevar o número de Universidades Federais para 63;</p> <p>Elevar a Relação aluno/professor nas Instituições Federais de Ensino Superior, em consonância com o PNE 2011- 2020;</p> <p>Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020;</p> <p>Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020;</p> <p>Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior.</p>

Quadro 01. Programa 2032 - Educação Superior: Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Fonte: Secretaria Geral da Presidência da República

4.1 O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) E O ENSINO SUPERIOR

Sua criação data de 1930, pelo então Presidente Getúlio Vargas e suas atividades não estavam restritas somente à educação, mas a outras áreas, como saúde, esporte. Em 1932 um grupo de intelectuais, dentre eles Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, após os debates realizados na IV Conferência Nacional de Educação redige o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que propunha uma educação laica, pública e universal, além de um plano de ações visando à uma política nacional de educação no Brasil. O próprio Fernando de Azevedo (2010) descreve a necessidade de reformas, naquele período, no ensino do país:

Já havia chegado o momento de definir, circunscrever e dominar o programa da nova política educacional por uma vista orgânica e sintética das modernas teorias de educação, na qual, extraída a essência das doutrinas, se estabelecesse o “novo sistema de fins sobreposto ao sistema de meios” apropriados aos novos fins e necessários para realizá-los. Esse documento público que teve a mais larga repercussão foi inspirado pela necessidade de precisar o conceito e os objetivos “da nova política educacional e desenvolver um esforço metódico, rigorosamente animado por um critério superior e pontos de vista firmes, dando a todos os elementos filiados à nova corrente, as normas básicas e os princípios

cardeais para avançarem com segurança e eficiência nos seus trabalhos. Não é apenas uma bandeira revolucionária, cuja empunhadura foi feita para as mãos dos verdadeiros reformadores, capazes de sacrificar pelos ideais comuns sua tranquilidade, sua energia e sua própria vida; e um código em que se inscreveu, com as teorias da nova educação infletidas para um pragmatismo reformador, um programa completo de reconstrução educacional, que será mais cedo ou mais tarde a tarefa gigantesca das elites coordenadoras das forças históricas e sociais do povo, no seu período crítico de evolução. (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932 e dos Educadores, 1959. Coleção Educadores MEC. Editora Massangana. p. 24).

Na Constituição de 1934 a educação passa a ser vista como direito de todos e como dever do Estado, porém o Ministério da Educação só foi desvinculado da área da saúde em 1953. Em 1985 foi criado o Ministério da Educação e Cultura, em 1992 passou a se chamar Ministério da Educação e do Desporto, e a partir de 1995 fica responsável somente pela educação, sendo que a atual LDB é de 1996.

Hoje, as principais funções do MEC, no que diz respeito ao ensino superior, são regular, avaliar e supervisionar as instituições, públicas e privadas, e os cursos por elas oferecidos. Vale dizer que no que diz respeito à regulação, o MEC é responsável apenas pelas instituições de ensino superior do sistema federal de ensino (que abrange as instituições federais e as instituições privadas). São de competência da Secretaria de Educação Superior (Sesu) os atos autorizativos de credenciamento ou credenciamento de instituições e de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos de graduação presencial e cursos sequenciais. Em relação às instituições estaduais e municipais de educação superior, a regulação fica a cargo dos sistemas estaduais de ensino.

Regulação: atos autorizativos de instituições, como credenciamento e credenciamento e atos autorizativos de cursos de graduação, como autorização de novo curso, reconhecimento de que o que foi autorizado no projeto para autorização foi cumprido e renovação de reconhecimento, feita a cada três anos.

Avaliação: é realizada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que usa indicadores de qualidade cujo objetivo é avaliar as IES e os cursos. Seus principais indicadores são o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que avalia o conhecimento dos alunos em relação ao conteúdo previsto nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades e competências, o Conceito Preliminar de Curso (CPC), que é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país e cursos que obtiverem CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos

avaliadores do Inep para verificação das condições de ensino, Índice Geral de Cursos (IGC), sintetiza em um único indicador a qualidade de todos os cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) de cada IES do país, dentre outros.

Supervisão: atividade de supervisão das instituições e dos cursos superiores integrantes do sistema federal de ensino que tem como principal objetivo zelar pela conformidade entre a oferta da educação superior e a legislação vigente, induzindo a melhoria necessária à garantia da qualidade do ensino. As Secretarias de Educação Superior (Sesu), de Educação a Distância (Seed) e de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) são os órgãos do Ministério da Educação responsáveis pelas atividades de supervisão relativas respectivamente aos cursos de graduação e sequenciais, aos cursos na modalidade de educação a distância e aos cursos superiores de tecnologia.

A Lei Orçamentária Anual (LOA), que fixou o orçamento do exercício financeiro de 2013, determina que para o MEC o montante total a ser aplicado na Educação seria de R\$ 81.286.804.881. Destes, R\$ 12.812.923.728 foram destinados ao Programa 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Programas Temáticos		R\$ 1,00	
<i>LDO-2013, Anexo II, Inciso XIV</i>		<i>Recursos de todas as Fontes</i>	
Programa: 2032	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Valor do Programa Constante no PLOA:	12.812.923.728

Tabela 01. Orçamento do Programa 2032, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Fonte: Secretaria Geral da Presidência da República

4.2 A COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) E A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), além de ser uma agência de fomento ao ensino e a pesquisa é responsável pela avaliação trienal dos cursos de pós-graduação strictu sensu em atividade no país, visando à garantia dos padrões de qualidade e o subsídio à formulação de políticas públicas dos cursos deste nível.

O Sistema de Avaliação da Pós-Graduação foi implantado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 1976 e, desde então, tem sido utilizado para o acompanhamento da qualidade dos programas de pós-graduação no País. A responsabilidade pelo processo de avaliação é da Diretoria de Avaliação da Capes (DAV) e envolve uma estrutura composta por 47 áreas de conhecimento. O processo de avaliação baseia-se em uma estrutura composta por comitês de área, cujos avaliadores são membros da própria comunidade científica de cada uma das áreas de conhecimento. Nesse sentido, o processo de avaliação conduzido pela Capes possui uma significativa legitimidade junto à comunidade científica nacional, sendo que diversos aspectos relativos ao fomento dos programas de pós-graduação estão diretamente relacionados aos conceitos obtidos pelos cursos, independentemente da natureza jurídica da instituição. (Bittencourt e outros, 2012, p. 599).

A qualidade do ensino de pós-graduação no Brasil é verificada pela Capes por meio de acompanhamentos anuais e avaliações trienais dos programas e cursos de mestrado e doutorado, cujos resultados são sintetizados na Ficha de Avaliação do Programa, por meio da qual poderão ser identificados aqueles itens que contribuíram para a perda de qualidade. Para o estabelecimento de prioridades para a melhoria da qualidade, apresenta-se uma metodologia baseada na análise de Pareto para determinar os itens vitais que alavancarão o melhor posicionamento em próxima avaliação. O método é exemplificado com um caso real e orienta para quais itens de avaliação o esforço deve ser mais intenso. Conclui-se que o método é robusto o suficiente para que as abordagens para a solução não recaiam em áreas que sejam menos relevantes. (Bittencourt e outros, 2012, p. 634).

Paralelo ao PNE está o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) a vigor no decênio 2011-2020 e que tem por objetivo definir os objetivos, as metas e as estratégias para os avanços necessários à qualidade da pós-graduação brasileira. A Comissão Especial de Acompanhamento e Elaboração da Agenda Nacional de Pesquisa, instituída para acompanhar a implantação do PNPG 2011-2020, em seu relatório de 2013 aponta seis temas centrais abordados neste primeiro ano, sejam estes, Avaliação, Inovação, Internacionalização, Redes e Associações, Inter e Multidisciplinaridade e Educação Básica.

De acordo com o PNPG 2011-2020, p. 11, no que concerne à Internacionalização:

A comissão de acompanhamento do PNPG entende que a temática da Internacionalização tem evoluído acima das expectativas, mantendo coerência com as diretrizes do PNPG 2011-2020, fundamentalmente em função do lançamento pelo Governo Federal do Programa Ciência sem Fronteiras (CSF), bem como das ações do meio empresarial, no sentido de dar maior ênfase à internacionalização, por exemplo, mediante projetos cooperados com Instituições internacionais (como Instituto Fraunhofer no contexto do Sistema SENAI).

Recomendações da Comissão, p. 14:

Desenvolver de políticas que envolvam a ampliação do número de alunos e pesquisadores estrangeiros nas nossas IES;

Dar continuidade a Programas como o CSF e outros a serem criados neste contexto;

Prover as condições para maior domínio de língua inglesa e de outras línguas estrangeiras, por docentes, pesquisadores e alunos nas IES brasileiras (na linha proposta pelo ISF do MEC – Inglês sem Fronteiras);

Evitar sistematicamente o aumento da endogenia, procurando diversificar as parcerias;

Desenvolver mecanismos que permitam uma inserção crescente das nossas IES no contexto internacional, que apoiem parcerias institucionais internacionais estratégicas entre Universidades brasileiras e estrangeiras, como por exemplo: que as Universidades intensifiquem suas parcerias internacionais estratégicas, possibilitem o suporte necessário para a mobilidade dos programas sanduíche, no caso de dupla titulação com Universidades estrangeiras, e ampliem o número de editais para vinda de pesquisadores estrangeiros;

Manter o foco da internacionalização na busca constante da excelência acadêmica;

Desenvolver um Plano de Internacionalização, articulado entre as agências e os respectivos Ministérios, que contemple uma Estratégia Nacional de Internacionalização da CT&I e da ES, através da qual serão definidos alguns aspectos relevantes no atual cenário, tais como: o estímulo às cooperações e redes entre IES nacionais e estrangeiras, a ampliação das duplas titulações internacionais, a identificação de formas de inclusão das áreas de humanidades e sociais aplicadas neste esforço e, respectivo, apoio no processo de internacionalização, o oferecimento de disciplinas e de cursos em inglês em nossas IES, a integração da relação sul-sul (América Latina e África), a inclusão de ações que atendam as demandas da área de inovação (como a interação universidade-empresa), etc.;

Propor políticas para o aproveitamento dos alunos e pesquisadores beneficiados pelo CSF, como, por exemplo, absorção seletiva de alunos e pesquisadores de áreas contempladas em projetos, órgãos e Institutos do Governo ou da iniciativa privada;

Estimular programas de modernização curricular da graduação em nossas Universidades a partir da experiência dos alunos beneficiados no Programa Ciência sem Fronteiras;

Propor políticas para a atração de talentos (jovens pesquisadores e pesquisadores seniors), flexibilizando as políticas de contratação nas IES nacionais, em especial nas Instituições Públicas (concursos) e nos mecanismos de absorção de profissionais em termos trabalhistas, de acordo com a legislação brasileira, envolvendo o Ministério do Trabalho e o Itamarati (por exemplo, visando viabilizar editais de contratação de docentes internacionais);

Estimular iniciativas que envolvam cooperação sul-sul (América Latina e África);

Induzir políticas de ampliação do número de bolsas de doutorado pleno no exterior.

A mesma Comissão recomenda ainda que não se objetive apenas a mobilidade estudantil e docente, mas que também seja dada atenção ao estabelecimento de um conjunto de políticas nesta área tanto do ponto de vista institucional como do governamental, pois os vultosos recursos despendidos nos programas de internacionalização (este mesmo relatório frisa que os recursos da Diretoria de Relações Internacionais, em face do Programa Ciências sem Fronteiras saltaram de 100 milhões de reais, em 2010, para 900 milhões de reais em 2012)

devem refletir em melhora na qualidade dos cursos e das instituições do país, bem como do ensino e pesquisa desenvolvidos no país no médio e longo prazos.

Abaixo apresentamos os dados relativos às dotações orçamentárias destinadas à CAPES até 2011:

AÇÃO	2010		2011	
	Dotação	Execução	Dotação	Execução
BOLSAS DE ESTUDO	1.808.770.166,00	1.543.660.867,00	2.261.329.463,00	2.174.775.182,00
País	868.801.241,00	842.225.267,00	1.158.452.243,00	1.155.472.763,00
Exterior	118.822.823,00	83.003.082,00	126.894.236,00	126.894.236,00
Política Industrial	86.797.659,00	86.797.659,00	117.176.840,00	117.142.619,00
Novas Fronteiras	29.050.651,00	20.181.671,00	35.787.885,00	33.356.098,00
Cooperação Internacional	103.233.839,00	86.170.445,00	133.757.715,00	133.686.383,00
Coop. Intern. para Educação Básica	4.000.000,00	3.020.502,00	6.000.000,00	4.669.148,00
Plano Nacional de Pós-Doutorado	70.100.000,00	66.863.300,00	102.606.000,00	102.589.500,00
Iniciação à Docência/PIBID	111.462.000,00	80.398.941,00	155.062.624,00	144.972.830,00
Educação Básica (UAB/PARFOR)	416.501.953,00	275.000.000,00	425.591.920,00	355.991.605,00
FOMENTO	502.010.239,00	242.717.717,00	504.750.943,00	290.574.556,00
Fomento à Pós-Graduação	178.591.145,00	128.264.839,00	172.616.770,00	140.752.784,00
Fomento UAB	258.004.588,00	74.433.710,00	258.525.479,00	97.945.629,00
Fomento Educação Básica	65.414.506,00	40.019.168,00	73.608.694,00	51.876.143,00
PORTAL DE PERIÓDICOS	119.865.856,00	117.365.856,00	146.289.830,00	133.289.830,00
AValiação	16.105.000,00	9.213.827,00	14.071.801,00	8.141.028,00
ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	57.872.365,00	42.965.869,00	53.640.002,00	41.775.194,00
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	55.914.584,00	54.642.264,00	56.855.376,00	54.513.304,00
OUTRAS	31.400.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.591.938.210,00	2.010.566.400,00	3.036.937.415,00	2.703.069.094,00

Tabela 02. Orçamento da CAPES para os anos de 2010 e 2011. Dotação e execução

Fonte:CAPES

Veja que para o ano de 2011 (último dado disponível) R\$ 126.894.236 foram destinados às bolsas de estudo no exterior e outros R\$ 133.686.383 à Cooperação Internacional, ou seja, cerca de 260 milhões de reais executados exclusivamente com iniciativas de internacionalização. De forma geral a Cooperação Internacional acontece diretamente entre as universidades envolvidas, seja através de acordos bilaterais de programas de pesquisa, seja via acordos binacionais entre universidades. Os acordos são assinados entre os envolvidos (universidades, pesquisadores) cabendo à CAPES o fomento às bolsas e aos projetos de pesquisa.

O próximo gráfico ilustra a distribuição das bolsas concedidas no exterior, no ano de 2011, por grande área de concentração. Entende-se por grande área o grau mais alto na hierarquia das áreas do conhecimento.

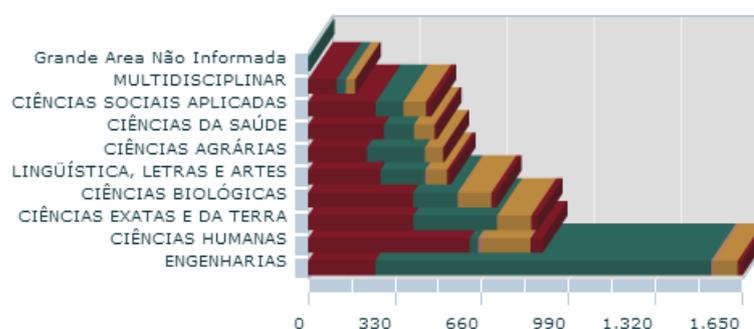


Gráfico 01. Distribuição de Bolsistas da CAPES no Exterior - 2011

Fonte: GEOCAPES

O total de bolsas no exterior concedidas naquele ano foi de 6.361. As Engenharias foram contempladas com cerca de 1.650 bolsas e as Ciências Exatas e da Terra com outras 950, totalizando quase a metade das bolsas concedidas em 2011. No ano de 2012 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) executou 1,5 bilhão de reais em seu orçamento total, 200 milhões de reais somente para bolsas e auxílios no exterior (dados CNPq 1996-2012). Ao nos atentarmos à estratégia 12.14 do PNE verificaremos que a mesma descreve 'mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica', ou seja, o total concedido a essas áreas (ao menos meio bilhão de reais, pois os dados da CAPES são relativos à 2011 e o montante de 2012 pode ter sido até maior) busca atender ao disposto no PNE e os programas de mobilidade são considerados como essenciais neste processo, pois visam ao intercâmbio multinacional de informação e conhecimento a ser absorvido pelo país.

Veja que ao estudarmos os arranjos que configuram o ensino superior no Brasil podemos verificar que há conexões entre os planos e programas estabelecidos e os recursos destinados aos órgãos responsáveis pelo fomento do ensino e pesquisa que posteriormente os repassam a estudantes, docentes e instituições de ensino superior. Em outras palavras, programas como o Ciência Sem Fronteiras, do CNPq, a Avaliação do Ensino Superior do MEC, a Avaliação da Pós-Graduação, da CAPES, os programas de incentivo à vinda de pesquisadores estrangeiros, dentre outros, não são fins em si mesmos e visam ao cumprimento das metas estabelecidas objetivando o desenvolvimento econômico e social do país no médio e longo prazo. Estes programas são reflexos do que determina a LDB da educação e o PNE, bem como o que propõe o PNPG 2011-2020.

Nas próximas páginas analisaremos como a Universidade de São Paulo (USP) tem se enquadrado nesse processo, pois há certo tempo é considerada a maior universidade da América Latina, sendo assim referência em ensino e pesquisa na região. Além disso forma profissionais e pesquisadores cujas competências e habilidades são valorizadas tanto no mercado de trabalho quanto na área acadêmica. Logo, um estudo dela torna-se importante e até necessário. Analisaremos se seus objetivos e metas, refletidos pelos programas que institui,

mais especificamente no caso da internacionalização vão ao encontro do proposto nos planos nacionais previstos para a educação.

Mas antes disso faremos uma breve descrição dos programas de mobilidade estudantil do governo federal para contextualizarmos as atividades desenvolvidas na USP.

5 PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO VIGENTES NO PAÍS

Há hoje no país diversos programas de mobilidade nacional e internacional. As instituições federais de ensino superior, por exemplo, celebram esses acordos entre seus pares federais através do Convênio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em que alunos regularmente matriculados nestas IFES terão vínculo temporário com a instituição receptora dependendo, para isto, da existência de disponibilidade de vaga e das possibilidades de matrícula nas disciplinas pretendidas.

Outro programa de mobilidade entre IES brasileiras acontece em São Paulo entre as universidades estaduais USP, UNESP e UNICAMP. Essas três universidades aceitam mutuamente créditos decorrentes de disciplinas cursadas em programas de graduação e cada aluno poderá cursar um valor máximo de disciplinas por semestre, variando este valor entre as unidades.

Além disso cada IES, particular ou pública, pode celebrar acordos de mobilidade baseados em critérios internos e verba disponível em seus orçamentos. Já os programas de mobilidade internacional via de regra são financiados pelas agências de fomento CAPES e CNPq, além das agências de fomento próprias dos estados, tais como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Existem outras formas de mobilidade estudantil, tais como a Co-Tutela, atual dupla titulação, que baseia-se em um acordo celebrado entre duas universidades para a obtenção de duplo diploma, seja este de graduação ou pós-graduação e acordos específicos de cooperação internacional estabelecidos entre dois ou mais países/instituições envolvidos, como por exemplo o Programa CAPES/Universidade do Texas.

5.1 PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE MOBILIDADE INTERNACIONAL A ESTUDANTES BRASILEIROS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) possuem as mesmas modalidades de bolsa de estudo no exterior, quais sejam, a graduação

sanduíche, o doutorado pleno e o doutorado sanduíche, à diferença que o CNPq está vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e atua nas áreas que envolvam a tecnologia e a inovação, enquanto que a CAPES está vinculada ao Ministério da Educação e abrange todas as nove grandes áreas do conhecimento.

A bolsa de graduação sanduíche, concedida através do Programa Ciências sem Fronteiras e financiada tanto com recursos da CAPES, quanto com os do CNPq destina-se à alunos regularmente matriculados em IES no país, tem a duração máxima de 12 meses, custeia as despesas com a permanência, em moeda local, mensalidade do curso e taxas escolares na instituição de destino, além de conceder auxílio instalação, seguro-saúde, auxílio deslocamento, e os auxílios para a compra de passagens aéreas e aquisição de material didático. As áreas contempladas são:

Engenharias e demais áreas tecnológicas;
Ciências Exatas e da Terra;
Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;
Computação e Tecnologias da Informação;
Tecnologia Aeroespacial;
Fármacos;
Produção Agrícola Sustentável;
Petróleo, Gás e Carvão Mineral;
Energias Renováveis;
Tecnologia Mineral;
Biotecnologia;
Nanotecnologia e Novos Materiais;
Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais;
Biodiversidade e Bioprospecção;
Ciências do Mar;
Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação);
Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva;
Formação de Tecnólogos.

Para se candidatar a uma bolsa na modalidade doutorado pleno é necessário possuir notório conhecimento acadêmico, ser brasileiro ou estrangeiro com visto permanente no Brasil, não possuir título de doutor e não ser aluno regular de programa pós-graduação, nível doutorado, e a instituição escolhida deve ter padrão de excelência internacional. O financiamento do estudante pode ocorrer direto pela CAPES, pelo CNPq ou pelo Programa Ciências sem Fronteiras e cobrirá as despesas com a mensalidade no curso e taxas escolares, se houver, deslocamento, seguro-saúde e instalação. A bolsa terá duração de, no máximo, 48 meses. As IES

devem possuir curso de doutorado recomendado e reconhecido com nota igual ou superior a 3.

O doutorado sanduíche, PDSE na CAPES e SWE no CNPq, tem por objetivo oferecer bolsas de estágio de doutorado de forma a complementar os esforços despendidos pelos programas de pós-graduação no Brasil na formação de recursos humanos de alto nível. O estágio terá duração de até doze meses, de acordo com o cronograma proposto na candidatura. As bolsas são destinadas aos alunos brasileiros regularmente matriculados nos cursos de doutorado das IES recomendados pela CAPES, que tenham nacionalidade brasileira, ou estrangeiro com visto permanente no Brasil. Além disso não podem acumular bolsa com outras bolsas concedidas para estágio de doutorando no exterior com recursos do Tesouro Nacional. Outros requisitos são: não ultrapassar período total do doutorado, de acordo com a data limite do curso para defesa da tese, ter completado um número de créditos referentes ao programa de doutorado que seja compatível com a perspectiva de conclusão do curso, em tempo hábil, após a realização do estágio no exterior, ter obtido aprovação no exame de qualificação (ou se for o caso, obtido a aprovação do projeto de tese por banca examinadora equivalente quando do ingresso ou do andamento do curso de doutorado) e ter conhecimento do idioma utilizado na instituição de destino. A bolsa constitui-se de mensalidade, seguro saúde, auxílio deslocamento e auxílio instalação.

5.2 PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL DE INCENTIVO À VINDA DE ESTUDANTES E PESQUISADORES ESTRANGEIROS AO PAÍS

5.2.1 The World Academy Of Sciences (TWAS) e o CNPQ

O TWAS, Academia de Ciências para os Países em Desenvolvimento (em Português) é uma academia de ciências global e está baseada em Trieste, na Itália. Possui um acordo de cooperação internacional com o CNPq que objetiva a formação de jovens pesquisadores provenientes de países em desenvolvimento (exceto Brasil) e que atuem no campo das ciências naturais. Os programas de pós-graduação participantes devem possuir conceitos 5, 6 ou 7 na avaliação da CAPES e as

modalidades de bolsas são para doutorado pleno (até 48 meses), doutorado sanduíche (entre seis e doze meses) e pós-doutorado.

As chamadas para as bolsas estão disponíveis para consulta nas páginas de internet das duas agências, porém em Inglês. O CNPq disponibiliza um breve resumo do programa em Português, conforme segue:

A TWAS é responsável pelo financiamento das passagens, além de outros benefícios como auxílio-instalação, reembolso de parte dos custos com vistos, entre outros. Para concorrer às bolsas, os candidatos devem ser residentes permanentes em países em desenvolvimento, à exceção do Brasil. Além disso, devem estar cientes do compromisso de retorno ao país de origem após a conclusão de seus programas de estudo e também apresentar proficiência em um dos seguintes idiomas: Inglês, Português ou Espanhol (dispensável nos casos em que estas línguas foram as línguas maternas). Cabe lembrar, no entanto, que normalmente os cursos universitários no Brasil são ministrados em português.

Os candidatos devem cumprir os seguintes requisitos: Ter no máximo 35 anos de idade até 31 de dezembro do ano da candidatura, para Doutorado e Doutorado-Sanduíche, e no máximo 45 anos para Pós-Doutorado; Ser residente permanente em país em desenvolvimento, à exceção do Brasil; Possuir o título de mestre, nos casos de Doutorado e Doutorado-Sanduíche, e de doutor no caso de Pós-Doutorado; Apresentar a documentação solicitada na Chamada.

5.2.2 Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)

O Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação - PEC-PG é administrado conjuntamente pelo Departamento Cultural (DC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O CNPq cuida das chamadas referentes ao mestrado, ao passo que a CAPES é responsável pelas chamadas ao doutorado. Os candidatos devem ser provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Educacional, Cultural ou de Ciência e Tecnologia.

Essas bolsas são concedidas em todas as áreas de conhecimento nas quais existam cursos de doutorado recomendados ou reconhecidos pela CAPES com conceito igual ou superior a três.

África, Ásia e Oceania.	América Latina e Caribe
África do Sul	Antígua - Barbuda
Angola	Argentina
Argélia	Barbados
Benin	Bolívia
Cabo Verde	Chile
Camarões	Colômbia
China	Costa Rica
Costa do Marfim	Cuba
Egito	El Salvador
Gabão	Equador
Gana	Guatemala
Índia	Guiana
Líbano	Haiti
Mali	Honduras
Marrocos	Jamaica
Moçambique	México
Namíbia	Nicarágua
Nigéria	Panamá
Paquistão	Paraguai
Quênia	Peru
República Democrática do Congo	República Dominicana
República do Congo	Suriname
São Tomé e Príncipe	Trinidad e Tobaqo
Senegal	Uruguai
Síria	Venezuela
Tailândia	
Tanzânia	
Timor Leste	
Togo	
Tunísia	

Quadro 02. Países Participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)
Fonte: EDITAL Nº 62/2013 - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)

Hoje, no país, há uma série de outros acordos institucionais que são celebrados de forma individualizada, sejam estes entre universidades, ou entre programas ou áreas de cursos específicos. Os listados acima são os mais conhecidos e também os que consomem mais recursos. A partir de agora visualizaremos como a dinâmica destes programas ocorre dentro da Universidade de São Paulo. Além de sua descrição mais detalhada procuraremos expor como os processos internos são realizados. Processos esses indispensáveis ao desempenho das atividades fim da Universidade, o ensino e a pesquisa.

Veremos que a celebração de acordos e convênios de cooperação acadêmica entre países e universidades num contexto de ensino superior público não é tão simples quanto parece. A burocracia estatal exige que processos dos mais variados tipos tramitem por diversas instâncias dentro da USP, isso sem contar as disposições externas de órgãos como o Ministério da Justiça ou o Ministério das Relações Exteriores. Essa burocracia só é atenuada quando existem acordos de cooperação específicos entre países, como por exemplo, os do Mercosul ou a França. E isso não é problema só do Brasil. Situações consideradas legais aqui não

o são em outros países, o que demanda serviços jurídicos de apoio geridos por órgãos internos da Universidade. É do que trataremos a partir de agora.

6 A MOBILIDADE ESTUDANTIL E DOCENTE NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Uma economia que almeja estar interconectada com o resto do mundo necessita de organizações competitivas e profissionais cujos recursos e competências sejam capazes de atender às demandas nacionais e internacionais, além de visão para compreender as questões suscitadas deste novo cenário de comunicação e geração de conhecimento em tempo real.

Daí a configuração que vem surgindo da interdependência entre os processos visando à internacionalização das IES brasileiras e essa interconexão global, não somente pelo fluxo de ideias, pesquisa e informação, mas também pela necessidade de gestão dos produtos advindos destes processos versus resultados perseguidos. Para entender melhor essa dinâmica estudaremos mais a fundo os esforços para internacionalização despendidos na Universidade de São Paulo (USP), que nos últimos anos tem se dedicado à questão da mobilidade estudantil e docente, seja pela concessão de bolsas de estudo e apoio financeiro para projetos de pesquisa no exterior, ou através de convênios bilaterais de cooperação acadêmica com outras universidades estrangeiras.

Criada pelo Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, a USP é uma autarquia que está ligada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

Dados gerais	
Criada em 1934	
Centro avançado de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade	
Campi: São Paulo (4), Bauru, Piracicaba, Pirassununga, Lorena, Ribeirão Preto e São Carlos	
Área territorial (aproximadamente)	76.314.505 m ²
Área edificada (aproximadamente)	1.823.625 m ²
Unidade e outros órgãos	89
Ensino e pesquisa	42
Órgãos centrais de direção e serviço	33
Institutos especializados	6
Hospitais e serviços anexos	4
Museus	4

Quadro 03. Dados Gerais da Universidade de São Paulo - 2012

Fonte: USP em Números

No que concerne ao ensino e à pesquisa a USP também disponibiliza seus dados estatísticos para consulta. A graduação possui 249 cursos, entre bacharelados e licenciaturas, enquanto que a pós-graduação oferece 239 programas somando um total de 641 cursos. Outro dado relevante é que dentre os 239 programas de pós-graduação 171 possuem notas cinco, seis e sete na avaliação da CAPES, o que significa dizer que mais de 70% destes são classificados como sendo de excelência. Maiores detalhes podem ser visualizados no quadro abaixo:

Alunos matriculados	92.064
Graduação (1o. Semestre)	58.303
Pós-Graduação	28.498
Mestrado	13.836
Doutorado	14.662
Especiais	5.263
Graduação	
Cursos oferecidos	249
Disciplinas ministradas (1o. Semestre)	5.005
Inscritos no vestibular	146.845
Vagas oferecidas em cursos semipresenciais	360
Vagas oferecidas em cursos presenciais	10.652
Pós-Graduação	
Programas oferecidos	239
Cursos oferecidos	641
Mestrado	332
Doutorado	309
Avaliação CAPES - nota 7	37
Avaliação CAPES - nota 6	49
Avaliação CAPES - nota 5	85
Avaliação CAPES - nota 4	55
Avaliação CAPES - nota 3	13
Produção Científica	26.704
No Brasil	18.390
No Exterior	8.314
Trabalhos publicados e indexados (ISI-USA)	9.893

Quadro 04. Estatísticas para Ensino e Pesquisa na Universidade de São Paulo - 2012

Fonte: USP em Números

A operacionalização da Universidade é realizada pela Reitoria que delega competências específicas às Vice-Reitorias e Pró-Reitorias, os chamados órgãos de apoio. Ela é responsável pela distribuição e gestão dos recursos destinados à USP descritos no Orçamento do Estado, que em 2013 foram de 4,725 bilhões de reais.

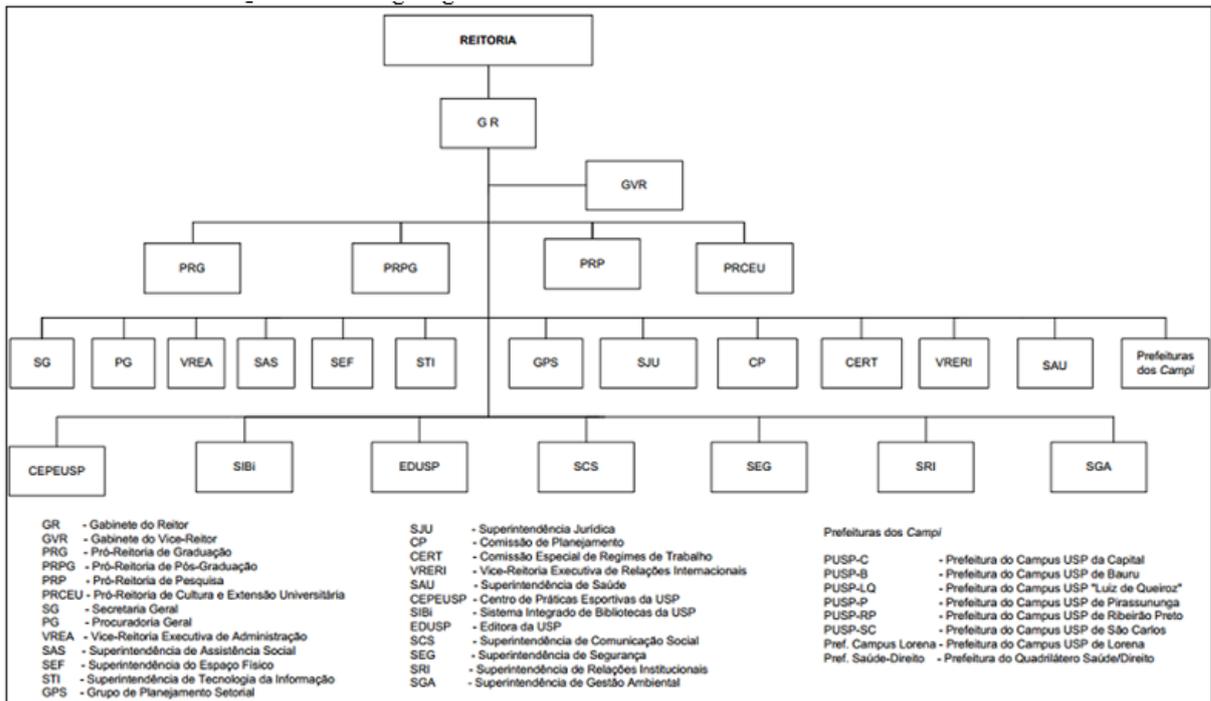
ÓRGÃO: 10000 - SEC.DESENVOLVIMENTO ECON,CIÊNCIA TECNOLOGIA		Valores em R\$ 1,00					
UNIDADE: 10058 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP		<u>4.725.126.513</u>					
ESFERA: ORÇAMENTO FISCAL							
RESUMO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA							
PROGRAMA							
0100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO		1.561.589.486					
1039 - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		2.997.430					
1042 - ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS		398.761.738					
1043 - ENSINO PÚBLICO SUPERIOR		2.761.777.855					
FUNÇÃO							
10 - SAÚDE		398.761.738					
12 - EDUCAÇÃO		4.326.364.775					
SUBFUNÇÃO							
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.561.589.486					
126 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		57.141.811					
302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		398.761.738					
363 - ENSINO PROFISSIONAL		2.997.430					
<u>364 - ENSINO SUPERIOR</u>		<u>2.529.262.776</u>					
392 - DIFUSÃO CULTURAL		175.373.272					
FONTE DE RECURSO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL
TESOURO DO ESTADO	3.116.810.958		1.101.987.827	86.759.108			4.305.557.893
PRÓPRIOS			224.568.360	195.000.000			419.568.360
VINCULADOS FEDERAIS			260				260
TOTAL	3.116.810.958		1.326.556.447	281.759.108			4.725.126.513

Quadro 05. Orçamento da Universidade de São Paulo - 2013

Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional de São Paulo

Esse montante é repartido entre as entidades vinculadas à USP e deve cobrir as despesas com remuneração de pessoal, serviços gerais, recursos materiais e manutenção. Outra parte deste valor é destinada às Pró Reitorias e Vice-Reitorias a fim de que sejam utilizados nas operações e para a execução dos seus programas e projetos específicos. Tudo o que diz respeito à USP enquanto organização é gerido pela Reitoria.

A Vice-Reitoria Executiva de Administração (VREA), por exemplo, administra os recursos financeiros, humanos e patrimoniais. As Pró-Reitorias de Graduação, Pós-graduação e Pesquisa são responsáveis por questões referentes ao ensino e a pesquisa. Porém os institutos, museus, hospitais, centros de pesquisa e outras entidades vinculadas tem diretoria própria e recebem repasse de verba anual para o desempenho de suas atividades.



Quadro 06. Organograma Administrativo da Universidade de São Paulo
Fonte: Anuário Estatístico da Universidade de São Paulo

Para fins de nosso estudo interessará as atividades da Vice-Reitoria de Relações Internacionais (VRERI), bem como a de outros órgãos vinculados à Reitoria que realizam atividades relativas à mobilidade estudantil e docente são: Pró Reitoria de Graduação (PRG), Pró Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) e Pró Reitoria de Pesquisa.

6.1 PROGRAMAS DE MOBILIDADE VIGENTES NA USP

Os órgãos vinculados à Reitoria que recebem recursos para apoio aos programas de mobilidade são a VRERI, a PRG e a PRPG.

A Vice-Reitoria de Relações Internacionais (VRERI) tem como objetivo desenvolver políticas para a internacionalização da USP via acordos de cooperação acadêmica com outras universidades, bem como a administração e execução dos programas de mobilidade estudantil e docente vigentes na Universidade. Na página da VRERI encontramos a lista de atribuições do órgão:

- Apoiar os escritórios de Relações Internacionais locais das unidades de ensino e de pesquisa da instituição em suas atividades de internacionalização;
- Oferecer oportunidades de mobilidade à comunidade USP;
- Fomentar a cooperação acadêmica internacional;

Selecionar, preparar e divulgar informação sobre programas e iniciativas de cooperação internacional;
Manter articulação com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, bem como embaixadas, consulados, organizações e instituições internacionais;
Promover ativamente ações com o objetivo de dar maior visibilidade à USP no cenário internacional.

As ações de fomento à Internacionalização da VRERI são:

Ação I: auxílio complementar para a vinda de docentes e pesquisadores estrangeiros. Vinda de professor de instituição estrangeira para atividades em Unidades da USP, que envolvam diretamente alunos de graduação e pós-graduação. A solicitação deve ser encaminhada por um docente da USP.

Ação II: auxílio complementar para a iniciativa docente à internacionalização institucional. Visitas de docentes USP para acompanhamento e/ou verificação da implantação das atividades de convênios vigentes e acompanhamento da fase final da negociação dos convênios de intercâmbio, envolvendo alunos da USP no exterior.

Ação III: auxílio complementar para projeto de internacionalização institucional. Iniciativas que visem levantar recursos junto a organismos/universidades estrangeiras e que resultem no financiamento de intercâmbio para alunos da USP. Neste caso será exigido um projeto contendo objetivos, metas e ações, que explicita a contribuição para a internacionalização institucional, com documentação do histórico de atividades e negociações já mantidas e manifestação de endosso da instituição do exterior.

Veja que as ações de internacionalização desenvolvidas pela VRERI são de âmbito institucional e tem como objetivo a inserção da USP no exterior. Para consultar os convênios celebrados entre a USP e outras instituições estrangeiras é necessário recorrer a ela que periodicamente publica os editais de seleção para programas assinados com outras universidades. Mesmo para concorrer a uma bolsa de estudos do Programa Ciências sem Fronteiras e do Programa Santander Universidades, por exemplo, os estudantes de graduação e pós-graduação devem passar primeiro por seleção interna da USP, que é publicada pela VRERI via edital.

As unidades, individualmente, também podem celebrar convênios específicos, visto que possuem personalidade jurídica. Porém isso deve ser consultado com cada uma através das suas Comissões de Graduação e Pós-Graduação. Os convênios individuais são válidos somente para a unidade que os celebrou e os convênios celebrados pela VRERI são válidos para todas as unidades da USP. As ações da VRERI para cursos de graduação e programas de pós-graduação são complementares, pois as ações principais envolvendo a internacionalização em cada nível de ensino são desenvolvidas pelas outras duas pró-reitorias.

Pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG) há o Programa de Apoio à Internacionalização da Graduação (Pró-Int), lançado em 2006 e que visa a apoiar o

projeto de internacionalização nas Unidades, destinando recursos financeiros para a participação de estudantes em eventos ou atividades acadêmicas no exterior, além de apoiar a mobilidade de estudantes, propõe-se também a apoiar mobilidade de docentes.

A finalidade deste programa é financiar a participação em programas acadêmicos no exterior que tenham como objetivo primordial o desenvolvimento da qualidade do ensino de graduação. O financiamento também pode ser para eventos internacionais que ocorram em território nacional.

Para o exercício de 2013, por exemplo, os recursos destinados ao Pró-Int totalizaram R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), cuja distribuição dos recursos foi realizada na proporção de 70% e 30%, respectivamente, entre alunos e professores.

Requisitos obrigatórios para os alunos são: Estar regularmente matriculado no curso de graduação; Apresentar comprovante de aceite da instituição no exterior e a programação do evento ou atividade.

A Comissão de Graduação (CG) deverá observar os seguintes aspectos quanto à solicitação dos Alunos: Mérito acadêmico do (a) aluno (a), comprovado pelo histórico escolar; Vínculo da proposta com o projeto de pesquisa do orientador, ou sua pertinência ao projeto formativo do curso (parecer do orientador ou de docente responsável); Inserção da proposta no projeto de internacionalização da Unidade (parecer da CG); Viabilidade da realização da despesa (parecer do Contador da Unidade) e outros critérios definidos pela própria Unidade.

Para os Docentes: Caberá à Comissão de Graduação selecionar as propostas considerando: (I) Relevância do programa de estágio ou do projeto para o ensino de graduação; (II) Inserção das atividades no projeto acadêmico da Unidade/Departamento.

Como critérios de desempate para a seleção de propostas, quando for o caso, deve-se considerar que os docentes apresentem envolvimento distinguido com as atividades da graduação; Sejam contratados nos últimos cinco anos.

Para que a mobilidade estudantil em âmbito da graduação aconteça é necessário que sejam obedecidos certos critérios definidos pela Universidade, a saber:

É facultado ao aluno de Graduação, regularmente matriculado em qualquer curso da USP, a partir da integralização de 20% dos créditos, cursar disciplinas de

graduação em outras instituições de ensino superior, estrangeiras ou brasileiras. Pelas disciplinas cursadas no exterior, o aluno receberá o número de créditos que a Comissão de Graduação estimar corresponderem às disciplinas em que comprovadamente logrou aprovação, dentro do limite máximo de 20% do total de créditos do curso da USP. O mesmo se aplica para as disciplinas cursadas em outras instituições nacionais.

Os créditos obtidos serão lançados em disciplina optativa própria, denominada “Atividades desenvolvidas no exterior” ou “Atividades desenvolvidas em outras instituições brasileiras de nível superior”, conforme o caso, em que o aluno ficará matriculado durante a realização da atividade aprovada.

O aluno estrangeiro, aceito sob quaisquer das formas de ingresso regulamentadas, somente poderá ser matriculado em curso de graduação da USP quando apresentar o Visto temporário devidamente regularizado.

O estudante estrangeiro que pretenda realizar estudos por mais de um ano deverá apresentar, no curso do último mês de vigência de seu visto, comprovação de haver solicitado prorrogação de sua estada. A documentação relativa ao curso de ensino médio ou equivalente (certificado e histórico escolar) e também aquela referente ao curso superior, nos casos de transferência, deverão estar devidamente autenticadas pela autoridade consular brasileira no país de onde se originem as documentações e sob a forma de tradução juramentada.

A USP considera como modalidade de efetivo intercâmbio, em âmbito internacional, a participação no Programa de Estudante-Convênio Graduação (PEC-G) para estrangeiros, estabelecido pelo Governo brasileiro com o objetivo de cooperar com os países em desenvolvimento visando à formação de recursos humanos. O número de vagas para ingresso de estudante-convênio nos cursos de graduação será fixado anualmente pelas respectivas Unidades Universitárias.

Os estudantes-convênio, selecionados pelo Ministério das Relações Exteriores (através das embaixadas do Brasil no exterior), são encaminhados pela SESu/MEC às Universidades brasileiras, de acordo com as vagas oferecidas.

O estudante-convênio encaminhado à USP deverá apresentar-se, preliminarmente, à Comissão de Cooperação Internacional (CCIInt), que verificará a sua documentação (passaporte com visto temporário IV, documentos referentes ao curso correspondente ao ensino médio em seu país de origem, com os devidos vistos consulares) e se o seu nome consta da relação de estudantes-convênio,

enviada pela SESu, com esclarecimentos sobre o curso e a Unidade para os quais foi selecionado.

O estudante-convênio será submetido a um exame de conhecimentos da Língua Portuguesa e somente será encaminhado à Unidade, para matrícula, se for aprovado. Se for reprovado no exame não será admitido na Unidade, mas poderá frequentar durante um semestre o Curso Intensivo de Língua Portuguesa, oferecido sob a responsabilidade da CCInt, e submeter-se novamente a exames. Caso ocorra uma segunda reprovação, o estudante será desligado da USP.

Não é permitida a transferência de estudante-convênio de outra Universidade para a USP antes do final do primeiro ano de estudos, nem para curso diferente daquele para o qual foi selecionado.

A transferência de estudante-convênio de uma Unidade para outra da USP só poderá ser efetivada para cursos afins da mesma área de conhecimento, após manifestação favorável da Unidade. A transferência fica condicionada a: Existência de vaga na Unidade para a qual o estudante pretenda transferir-se; Impossibilidade de permanência na cidade em que estuda, por motivo de saúde, comprovado por atestado médico oficial; Existência de motivo relevante, a critério da respectiva Unidade.

As Unidades Universitárias deverão comunicar à SESu, através da CCInt, as ocorrências da vida escolar do estudante-convênio, tais como: conclusão, abandono, desistência, mudança de curso ou transferência para outra Universidade.

Será desligado do PEC-G o estudante-convênio que, após o primeiro ano de estudos, for reprovado duas vezes consecutivas na mesma disciplina ou em mais de duas disciplinas no mesmo período letivo, bem como aquele que trancar sua matrícula, exceto por motivo de saúde devidamente comprovado. O estudante-convênio desligado não poderá ser novamente selecionado.

Os estudantes beneficiários de convênios interuniversidades da USP com Universidades do exterior, admitidos na condição de alunos especiais em cursos de graduação, também estarão sujeitos à exigência do exame de conhecimentos da Língua Portuguesa.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) oferece apoio adicional para estudantes de mestrado e doutorado para a participação em eventos no exterior. Via de regra os programas de pós-graduação cujos conceitos na Avaliação da CAPES sejam 6 ou 7 recebem recursos do PROEX para o dispêndio de suas atividades,

porém cabe a cada um destes programas a administração destes recursos conforme suas prioridades. A PRPG libera recursos para viagens ao exterior de os alunos de programas 3, 4 e 5 que não dispõem de recursos próprios e, excepcionalmente e de acordo com as reservas disponíveis, para os demais programas.

Visa também proporcionar um auxílio adicional para viabilizar o desenvolvimento de atividades de pesquisa em parceria com Centros de Excelência, porém de curta duração (no máximo um mês). Busca-se, portanto, formação e treinamento internacional dos alunos e estreitamento de colaborações e realização de futuros estágios PDEE, além de participação em congressos relevantes, com apresentação de trabalhos técnico-científicos. Tais viagens servem como estímulo para o PDSE, programas de co-tutela e novas colaborações, devendo, sempre que possível, prestigiar colaborações bem estabelecidas, para garantir o sucesso dos estágios.

No caso de participação em congressos, não haverá a obrigação de o aluno ser o primeiro autor do trabalho, no entanto, os resultados a serem apresentados deverão estar diretamente relacionados ao seu projeto de pesquisa. O orientador deverá justificar a indicação do aluno como participante do evento.

A PRPG faz a análise do mérito para a concessão do auxílio, levando-se em consideração o desempenho acadêmico do aluno no Programa (Mestrado e Doutorado), a situação atual do aluno no Programa (cumprimento de créditos, tempo hábil para a realização das atividades, e sem reprovação,). Os alunos deverão ter completado pelo menos seis meses após sua primeira matrícula como alunos de mestrado/doutorado, quando do registro de seu pedido na PRPG, para que suas solicitações possam ser avaliadas e o aluno somente poderá solicitar auxílio para evento que ocorra até a data de defesa da dissertação/tese.

Os alunos estrangeiros de outras instituições poderão usufruir de auxílio financeiro proporcionado pela Universidade para visitas de curta duração, de no máximo 30 dias, para doutorandos qualificados, e procedentes de Centros de Excelência para estudarem, pesquisarem ou estagiarem em Grupos de Pesquisa ligados a programa de Pós-Graduação da USP. É dada preferência a alunos pertencentes a Instituições com acordos de colaboração firmados por Convênios que não preveem financiamentos aos estudantes, ou ainda de modo a estimular novas colaborações, ou prestigiar colaborações bem estabelecidas, para garantir o sucesso dos estágios.

Tanto os estudantes brasileiros quanto os estrangeiros terão financiadas as passagens aéreas, hospedagem, alimentação e seguro-saúde.

O Regimento de Pós-Graduação da USP (2013), da mesma forma que ocorre com a graduação, prevê a celebração de parcerias institucionais entre os programas e centros de ensino e pesquisa no exterior visando à mobilidade estudantil e docente:

Capítulo II: Das Parcerias Internacionais

Seção I: Dos Programas Internacionais

Artigo 129 – A USP pode promover Programas de Pós-Graduação Internacionais, em associação com Instituições de Ensino Superior e com Institutos de Pesquisa estrangeiros.

Artigo 130 – São objetivos dos Programas de Pós-Graduação Internacionais conjuntos o desenvolvimento de atividades didáticas e de pesquisa em colaboração, com o intuito de reforçar as atividades bilaterais de cooperação internacional.

Artigo 131 – Os Programas Internacionais deverão ser desenvolvidos em regime de reciprocidade nos quais os alunos, ao término do curso, terão o título outorgado pelas Universidades envolvidas.

Parágrafo único – A reciprocidade dar-se-á pela existência de alunos, docentes e orientadores credenciados nas Instituições envolvidas e pela necessária realização de atividades didáticas e de pesquisa nos países envolvidos.

Artigo 132 – O Programa de Pós-Graduação Internacional é regido por regulamento próprio previsto em convênio entre a USP e a Instituição estrangeira, com detalhamento das atividades de formação e pesquisa, devendo o título ser reconhecido nos países envolvidos.

Seção II: Da Titulação Múltipla entre a USP e Instituições Estrangeiras

Artigo 133 – Pode ser adotado, no âmbito dos cursos de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, o procedimento de titulação múltipla entre esta Universidade e Instituições estrangeiras.

§ 1º – Cabe à CCP interessada propor à CPG o estabelecimento do convênio específico que associe a USP à Instituição Estrangeira e implique reciprocidade, inclusive financeira.

§ 2º – A CCP encaminhará o convênio para aprovação da CPG, Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente, que o enviará ao CoPGr.

Artigo 134 – Esse procedimento de titulação múltipla através de co-orientação de teses e dissertações visa promover e desenvolver uma cooperação científica entre equipes de pesquisa da USP e de Instituições estrangeiras.

Artigo 135 – Os alunos devem efetuar seus trabalhos sob a supervisão e responsabilidade de seus orientadores, sendo um de cada uma das Instituições envolvidas.

Parágrafo único – Poderá haver mudança de orientadores por aprovação da CCP e CPG.

Artigo 136 – O convênio deve assegurar a validade da Tese ou Dissertação defendida no âmbito da co-orientação nas Instituições, devendo o título ser reconhecido nos países envolvidos.

Artigo 137 – O tempo de preparação da Tese ou Dissertação se repartirá entre as Instituições interessadas, por períodos alternados, em cada um dos países.

Artigo 138 – A proteção do tema da Tese ou Dissertação, assim como a publicação, a exploração e a proteção dos resultados da pesquisa comum às Instituições devem ser asseguradas em conformidade com os procedimentos específicos de cada país envolvido no convênio.

Artigo 139 – A Tese ou Dissertação terá, preferencialmente, uma única defesa, reconhecida pelas partes interessadas, disposição esta que deve ser objeto de cláusula do convênio.

§ 1º – Os alunos matriculados em Programas da USP deverão realizar sua defesa no âmbito desta Universidade.

§ 2º – Admite-se a realização de mais do que uma defesa no caso de impedimentos acadêmicos para defesa única, desde que prevista no convênio.

§ 3º – A Tese ou Dissertação em co-orientação, no âmbito da titulação múltipla, a ser defendida na USP, será redigida conforme o disposto no art. 89 deste Regimento e complementada por título e resumo na língua estrangeira e em português.

§ 4º – A defesa da Tese ou Dissertação na USP poderá ser realizada em língua estrangeira, a critério da CCP.

Artigo 140 – A comissão julgadora da defesa de Tese ou Dissertação deve ser constituída por membros indicados pelas instituições convenientes. Quando a tese ou dissertação for apresentada para defesa na USP, a comissão julgadora deverá ser composta conforme o convênio.

Os órgãos da Reitoria, quais sejam, a VRERI, a PRG e a PRPG, bem como as unidades de ensino executam processos de trabalho envolvendo os programas de mobilidade. A VRERI possui o Sistema Mundus, uma base de dados alimentada pelas minutas de convênios de cooperação acadêmica assinadas entre a USP e as instituições estrangeiras parceiras. Nela também é possível obter acesso aos editais dos programas de mobilidade com chamada aberta. Esse sistema é alimentado tanto pela própria VRERI quanto pelas unidades, pois assim as informações são armazenadas em um único lugar.

Já a PRG e a PRPG lidam com as questões normativas e regulamentares envolvendo a graduação e a pós-graduação, respectivamente. Cada uma delas possui base de dados própria, que é alimentada com as informações pertinentes ao curso/programa, estudantes e atuação docente. Essas duas pró-reitorias possuem grupos de trabalho, que atuam em temas específicos, buscando estabelecer diretrizes, deferir requerimentos não solucionáveis nas unidades de ensino e solucionar controvérsias. Elas funcionam na verdade como instâncias superiores em nível institucional. Por exemplo, uma solicitação de equivalência de título de mestre ou doutor obtido em instituição estrangeira tramita na unidade de ensino, porém quem defere o pedido é a PRPG. O novo regimento de pós-graduação, que passou a vigorar em março de 2013 demandou cerca de dois anos de estudos até que houvesse consenso entre as unidades e fosse aprovado pela PRPG. Situação semelhante ocorre na PRG, que analisa solicitações para credenciamento de novos cursos de graduação e alterações nas grades de cursos já existentes, por exemplo.

A VRERI não desempenha esse tipo de função. A ela foi delegada a tarefa de representar a USP internacionalmente em nível institucional. Antes de sua criação as unidades eram quase que totalmente independentes e responsáveis pelos processos envolvendo os programas de mobilidade. Sua missão é formalizar os acordos de cooperação acadêmica centralizando-os, mesmo que parte deles continue sendo celebrada de forma individual entre as unidades.

7 DISCUSSÕES E RESULTADOS

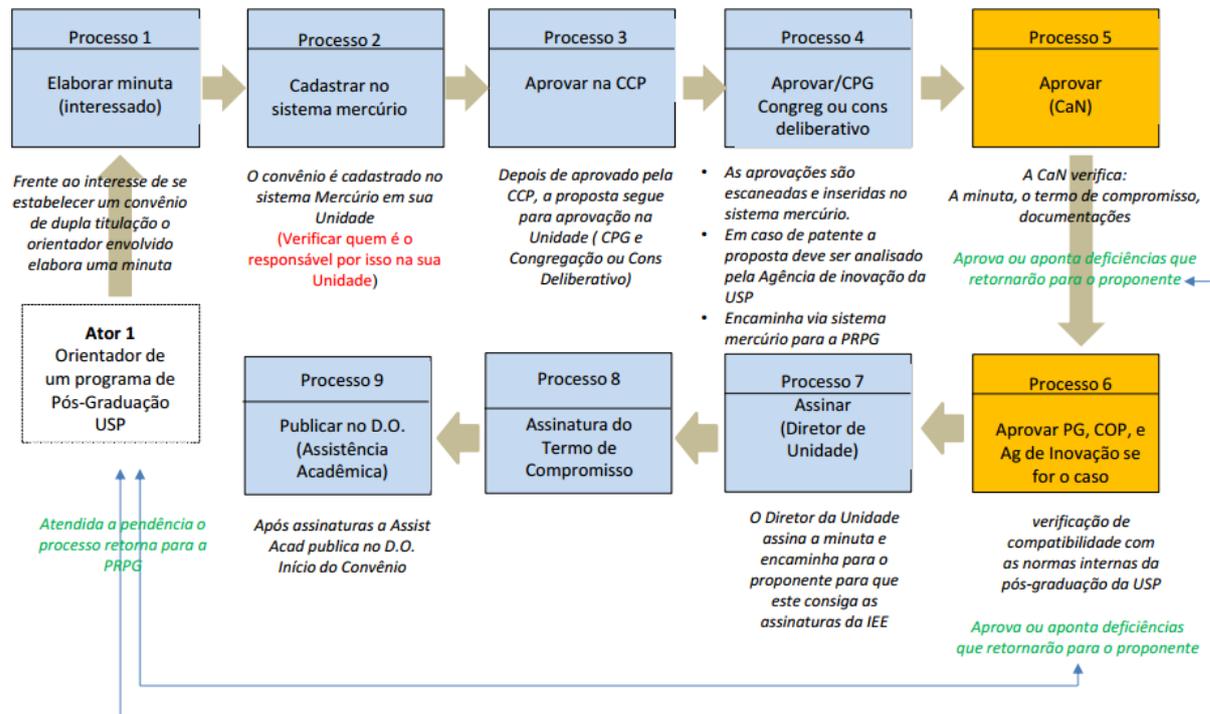
Entender como os processos de trabalho, em nível operacional, ocorrem dentro de uma organização pública não é tarefa das mais fáceis. Tanto procedimentos quanto questões normativas demandam tempo para serem absorvidas e a falta de padronização nos processos gera o monopólio do conhecimento nas mãos de poucos. Aliás, é pelo fato de haver esse monopólio que modernizar qualquer sistema requer certa dose de barganha política.

O caso da USP é emblemático nesse sentido. Os processos, sejam eles acadêmicos, operacionais ou financeiros são por vezes difusos e geram controvérsia e desperdício de recursos quando de sua execução. Claro que existe esforço no sentido de melhorar essa situação e o fato de boa parte das atividades serem transferidas a sistemas informativos é um avanço. Mas mesmo com as benesses propiciadas pela tecnologia da informação são subutilizadas. Os sistemas informativos da Universidade não são interligados e para acesso a diferentes tipos de dados recorre-se a diferentes tipos de sistemas. No setor acadêmico, por exemplo, há um sistema para a graduação (Jupiter) e outro para a pós-graduação (Janus). Somente os dados pessoais dos alunos são visíveis em ambos sistemas, o que acaba por gerar desperdício de tempo na coleta futura desses dados por parte dos gestores. O sistema Proteos, responsável por armazenar os processos físicos abertos não está vinculado aos demais sistemas/departamentos que geram esses processos, o que obriga o colaborador a efetuar pesquisas manualmente.

Para que a internacionalização aconteça nos moldes do que cerceou a globalização, rápida e dinâmica, é necessário que as IES, e mais especificamente a USP atentem para o fato de que a burocracia é algo inerente à esfera pública, porém não há que se criar processos para o alcance dos fins, pois estes, quando excedentes e desnecessários geram desperdício de dinheiro e atraso nas demandas. Seria importante que muitos dos processos fossem enxutos ou que a informação fosse melhor disponibilizada. Para se ter uma ideia, uma solicitação de dupla titulação (antiga co-tutela) tramita por diversas instâncias dentro da Universidade e um aluno chega a esperar por dois anos até que esta seja aprovada.

O modelo de fluxograma, que descreve os passos para a tramitação do processo está descrito no quadro abaixo:

Dupla Titulação



Quadro 07. Fluxograma Informativo: Procedimentos para Solicitação de Dupla Titulação
Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo

Além de todo esse percurso que o processo deve seguir dentro da Universidade e, mais especificamente no Brasil, há também os procedimentos existentes na outra Universidade que irá firmar este acordo. Muitas vezes após uma determinada fase estar cumprida e depender apenas de uma assinatura, o documento retorna a uma etapa anterior por estar em desacordo com uma determinada norma ou regra que aqui é legal, mas que na outra instituição não o é. E esse é só um exemplo dentre tantos outros.

8 CONCLUSÃO

A mobilidade internacional já faz parte da vida do estudante e do docente vinculado à USP. Mesmo o estrangeiro dispõe de uma gama de mecanismos à sua disposição caso queira estudar na Universidade. Há um escritório que a representa em nível institucional, há recursos, sejam estes provenientes do Governo Federal (bolsas e auxílios), do Governo Estadual (investimento em inovação, pesquisa) ou pelo orçamento destinado todos os anos à Universidade, há todo aparato institucional-legal que dá condições de implantar os processos e pessoal para executa-los.

O que não é perceptível (não há uma política institucional de acesso público), são as metas e objetivos do corpo gestor da Universidade. Aplica-se o ensino e faz-se pesquisa, porem não está clara a finalidade do produto de tudo isso, tal qual é facilmente percebido nos planos e metas da Administração Federal, até porque cada Unidade de Ensino tem realizado a 'mobilidade acadêmica' de acordo com suas prioridades e interesses.

Na tese de livre docência sobre internacionalização defendida na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (Miura, 2006), são realizadas diversas entrevistas com componentes do corpo gestor da USP, a respeito de suas opiniões perspectivas sobre o assunto. O Professor Marcos Felipe Silva de Sá, à época Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto expos o seguinte:

"Eu vejo [a política de internacionalização da USP] como uma prática muito boa, uma política muito interessante, mas ela precisa ser melhor divulgada dentro da Universidade, precisa ter mais visibilidade. A Universidade precisa definir exatamente o que ela entende por 'internacionalização'. (...) quem tem bons relacionamentos para a publicação de *papers* acredita que a internacionalização se faz através de publicações em revistas internacionais. Quem tem facilidade de intercâmbio, bons relacionamentos pessoais acredita que são as visitas [a mobilidade de alunos e professores]. Enfim, cada Unidade tem uma visão. E, apesar de a nossa universidade estar caminhando nesse sentido, de ser plural e aceitar todo tipo de movimento [voltado para a internacionalização], ela ainda não tem isso sistematizado. (...) Então, a gente precisava ter mais clareza se ela quer mesmo se internacionalizar em todos os sentidos. (...) Eu entendo que ela quer, mas ela tem que mostrar os caminhos com mais clareza. (...) [A política formal de internacionalização da USP] não está definida. Ela precisa conceituar bem o que ela chama de internacionalização. A USP precisa ordenar bem o que ela chama de 'internacionalização de programas'. (...) Se isto é uma prioridade, ela precisa fazer algum investimento, começando pela infraestrutura; divulgar o que ela disponibiliza para todos nós; facilitar esse fluxo de pessoas, de alunos (...)"

E a Professora Irene Kazumi Miura conclui:

A internacionalização parece ocorrer, em algumas unidades, de modo reativo devido à falta de um plano estratégico que articule as razões, a abordagem e as estratégias. Desta forma, é notória a definição, por parte da USP, de uma política formal que defina o que é a internacionalização na sua missão e quais são as diretrizes para que as unidades possam, efetivamente e de forma articulada, direcionar esforços para que a internacionalização seja um processo auto-sustentável, e não uma sequência de ações isoladas e desconectadas entre si.

Com relação ao contexto interno [da USP], apesar de existir um discurso da Reitoria, pró-reitorias e CCInt-Central sobre a importância da internacionalização, não há uma definição clara sobre a política de internacionalização que deve ser adotada nas unidades.

Ou seja, se não existe uma missão e objetivos claros quanto ao que se espera do projeto de internacionalização não há como articular esforços em conjunto neste sentido. E vou além: se não há uma missão, uma visão de futuro, objetivos do que se espera alcançar dentro, e principalmente, fora da Universidade, tampouco haverá continuidade sustentada observável no médio e longo prazos.

Os programas de pós-graduação da USP, mais especificamente aqueles cujos conceitos na Avaliação Trienal da CAPES são 5, 6 e 7 recebem recursos desta agência de fomento para a execução das atividades envolvendo ensino e pesquisa, sejam estas realizadas no Brasil ou no exterior. Há claro interesse e disposição em se manter bem posicionado em tal avaliação, porém não existe qualquer plano estratégico para além das portas da Universidade, em outras palavras, resultados que possam ser percebidos para o desenvolvimento do país e o bem estar social, no médio e longo prazos.

REFERÊNCIAS

AUDY, J. L. N. e MOROSINI, M. C. **Inovação e interdisciplinaridade na universidade**. Porto Alegre, 2007. 528p. -EDIPUCRS - PUCRS, 2007.

MIURA, I. K. **O Processo de Internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas de conhecimento**. Tese de livre docência defendida na Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade de Ribeirão Preto, 2006. 381p.

BRASIL. **Brasília, 2013**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>> Acesso em: 01 dez. 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, vol. I e II**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>> Acesso em: 22 abr. 2014.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 11 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estrutura e Fiscalização do Ensino Superior no Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>> Acesso em: 21 dez. 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação para o Decênio 2011-2020**. Projeto de Lei nº 8.035B de 2010. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>> Acesso em: 02 dez. 2013.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. **Plano Plurianual. Programa 2032 - Educação Superior**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/> Acesso em: 01 dez. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Programas de Financiamento à Mobilidade Estudantil para a Graduação e Cursos Stricto Sensu..** Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/>> Acesso dia 22 dez. 2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Avaliação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: www.capes.gov.br Acesso em: 21 de dez. 2013.

DUARTE, R. G., CASTRO, J. M., CRUZ, A. L. A. e MIURA, I. K. **O papel dos relacionamentos interpessoais na internacionalização de IES**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n1/a15v28n1.pdf>> Acesso em: 31 jan. 2014.

LEITE, D. e GENRO, M. E. H. **Avaliação e internacionalização da educação superior: Quo vadis América Latina?**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v17n3/a09v17n3.pdf>> Acesso em: 28 jan. 2014.

MARANHÃO, C. M. S. A. e LIMA, M. C. **O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3>> Acesso em: 12 dez. 2013.

MOROSINI, M. C. **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2014.

MOURA, B. A. **Transformações nas universidades de pesquisa: um estudo na Universidade de São Paulo.** Brasília, 2012. 169p. - Dissertação de Mestrado. - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília - UNB, 2012.

Confederação Nacional da Indústria. **Educação para o mundo do trabalho.** Documento Conceitual. Brasília, 2013. 56p.

PROGRAMA Ciências sem Fronteiras. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/>> Acesso em: 06 jan. 2014.

RIBEIRO S. C. **A educação e a inserção do Brasil na modernidade.** São Paulo, 1992. 27 p. Coleção Documentos. – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – USP, 1992.

SANTOS, F. S., NASCIMENTO, E. P. e BUARQUE, C. **Mudanças necessárias na universidade brasileira: autonomia, forma de governo e internacionalização.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/edur/v29n1/a04v29n1.pdf> Acesso em: 12 dez. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação de São Paulo. **Orçamento da Universidade de São Paulo para o Ano de 2013.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/>> Acesso em: 02 fev. 2014.

THE WORLD ACADEMY OF SCIENCES. Trieste, 2014. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/twas>> Acesso em: 06 jan. 2014.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos.** Comissão de Normalização de Trabalhos Acadêmicos. Curitiba: UTFPR, 2008. 122p.

USP Anuário Estatístico. **Dados Gerais da Universidade de São Paulo.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle>> Acesso dia 02 fev. 2014.

USP. **Página Institucional da Universidade de São Paulo (USP).** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www5.usp.br/>> Acesso em: 13 jan. 2014.

USP. Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (PRPG). **Estrutura Normativa dos Cursos de Pós-Graduação para a Mobilidade Estudantil e Docente.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.usp.br/prpg/>> Acesso em: 02 fev. 2014.

USP.Reitoria da Universidade de São Paulo (RUSP). **Organograma Administrativo da Universidade de São Paulo.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.reitoria.usp.br/>> Acesso em 13 jan. 2014.

USP.Vice-Reitoria de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (VRERI). **Programas Institucionais de Mobilidade Estudantil e Docente da Universidade de São Paulo.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.usp.br/internationaloffice/>> Acesso em: 15 jan. 2014.

USP. Vice-Reitoria Executiva de Administração da Universidade de São Paulo (VREA). **Evolução das Despesas da Universidade de São Paulo para o ano de 2013.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.usp.br/codage/>> Acesso em: 15 jan. 2014.

USP.Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo (PRG). **Estrutura Normativa dos Cursos de Graduação para a Mobilidade Estudantil e Docente.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.prg.usp.br/>> Acesso em: 02 fev. 2014.